



## CÂMARA MUNICIPAL DE REGISTRO

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

### 009. PROVA OBJETIVA

ADVOGADO

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 80 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

**AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.**

Nome do candidato \_\_\_\_\_

Prédio \_\_\_\_\_

Sala \_\_\_\_\_

Carteira \_\_\_\_\_

Inscrição \_\_\_\_\_



## CONHECIMENTOS GERAIS

### LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto, para responder às questões de números **01** a **05**.

Imagine uma discussão, após um jogo de futebol, sobre um pênalti. “Ele obviamente foi empurrado”, diz o torcedor de um time. “Que nada, se jogou”, diz o outro.

O mais interessante: ambos acreditam no que dizem. Ou seja, não se trata de uma distorção deliberada da realidade, uma “malandragem”, mas de um viés involuntariamente criado pelo cérebro.

Apostando que isso não se aplica só ao futebol, mas também se aplica a várias outras áreas (como a política), um físico e professor da USP tem se dedicado a mapear todos os mecanismos mentais que nos tornam seres tendenciosos – ele já publicou artigos sobre o tema em revistas científicas e prepara um livro. Para André Martins, isso é um problema inclusive para o método científico.

Além do viés de confirmação – primeiro escolhemos um lado, depois selecionamos os fatos que sejam adequados –, existem muitos outros mecanismos de parcialidade no nosso cérebro. Um dos mais famosos é o pensamento de grupo.

Estudos mostram que, se um voluntário desavisado é colocado em uma sala cheia de atores, ele vai concordar com eles em várias questões, mesmo que estejam obviamente errados. A maior parte dos voluntários chega a dizer que duas retas evidentemente diferentes têm o mesmo tamanho, só porque os outros concluíram isso antes deles.

“Um exemplo disso é uma assembleia estudantil”, diz Martins. “Não existe muita permissão para ideias próprias, só alguns pensamentos são permitidos. Dissidentes são de alguma forma humilhados”.

Uma historietta norte-americana sintetiza o assunto: em uma sala de reuniões, o chefe dá o diagnóstico: “Nosso problema é que precisamos de mais opiniões divergentes”, ao que os subordinados reagem, dizendo “com certeza, chefe”, “exatamente o que eu penso”.

Estudos mais recentes, em que os cérebros dos voluntários são mapeados, mostram que estar isolado, discordando da maioria, ativa regiões ligadas à dor, ou seja, a rejeição de ser diferente machuca.

(Ricardo Mioto, Como estragar um raciocínio. *Folha de S.Paulo*, 28.11.2015. Adaptado)

**01.** Segundo o texto, o fato de as pessoas sustentarem pontos de vista diferentes sobre um mesmo dado de realidade

- (A) decorre de um mecanismo espontâneo, desencadeado pelo cérebro, que as faz convictas do que afirmam.
- (B) explica a natural tendência humana a ser “do contra”, independentemente da verdade do que se defende.
- (C) justifica o desejo humano de vencer pelo convencimento do outro, mesmo quando não há exatidão no argumento.
- (D) implica uma nova perspectiva de abordagem do real, a qual se sobrepõe a polarizações de ideias e fatos.
- (E) procede das convicções adquiridas ao longo da vida, tornando o cérebro dependente da vivência de realidades particulares.

**02.** A historietta norte-americana relatada no penúltimo parágrafo

- (A) comprova, com dados do real, a tese de que subordinados devem obediência às opiniões de chefes, seguindo a linha de raciocínio destes.
- (B) exemplifica, com base em dados da ficção, o princípio segundo o qual, nas assembleias estudantis, não se tolera cerceamento de ideias divergentes.
- (C) ilustra, com humor, a tese de que o cérebro, muitas vezes, reage de forma tendenciosa, independentemente de convicções racionais.
- (D) consagra, com elementos abstratos, a ideia de que a concordância com a maioria é sinal de esperteza, para escamotear pontos de vista insustentáveis.
- (E) demonstra, com base em comportamentos, o princípio segundo o qual ideias diferentes nem sempre levam aos melhores resultados.

**03.** A relação de sentido que existe entre as palavras **desavisado** e **prevenido** existe também entre

- (A) dissidentes e concordes.
- (B) tendenciosos e simpatizantes.
- (C) parcialidade e parcimônia.
- (D) distorção e contorção.
- (E) confirmação e sanção.

**04.** Assinale a alternativa que reescreve a passagem seguinte, obedecendo à norma-padrão de concordância verbal e nominal.

Ou seja, não se trata de uma distorção deliberada da realidade, uma “malandragem”, mas de um viés involuntariamente criado pelo cérebro. Não existe muita permissão para ideias próprias, só alguns pensamentos são permitidos.

- (A) Ou seja, não se tratam de distorções deliberadas da realidade, uma “malandragem”, mas de vieses involuntariamente criados pelo cérebro. Não vão haver permissões para ideias próprias, só se permite alguns pensamentos.
- (B) Ou seja, não se trata de distorções deliberadas da realidade, uma “malandragem”, mas de vieses involuntariamente criados pelo cérebro. Não pode haver permissões para ideias próprias, só se permitem alguns pensamentos.
- (C) Ou seja, não se tratam de distorções deliberadas da realidade, uma “malandragem”, mas de viés involuntariamente criados pelo cérebro. Não pode existir permissões para ideias próprias, só se permite alguns pensamentos.
- (D) Ou seja, não se trata de distorções deliberada da realidade, uma “malandragem”, mas de viés involuntariamente criado pelo cérebro. Não vão existir permissões para ideias próprias, só é permitido alguns pensamentos.
- (E) Ou seja, não se trata de distorções deliberadas da realidade, uma “malandragem”, mas de vieses involuntariamente criados pelo cérebro. Não pode existir permissões para ideias próprias, só alguns pensamentos se permitem.

05. Assinale a alternativa em que as passagens destacadas no trecho a seguir estão reescritas com correção e fidelidade ao sentido original.

Estudos mostram que, **se um voluntário desavisado é colocado** em uma sala cheia de atores, ele vai concordar com eles em várias questões, **mesmo que estejam** obviamente errados.

- (A) ... desde que um voluntário desavisado é colocado ... assim como estão...
- (B) ... se caso um voluntário desavisado seja colocado ... apesar de que estão...
- (C) ... contanto que um voluntário desavisado é colocado ... à medida que estejam...
- (D) ... caso um voluntário desavisado seja colocado... apesar de estarem...
- (E) ... conforme um voluntário desavisado seja colocado ...embora estejam...

06. Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do trecho, conforme prevê a norma-padrão.

“Vai pegar melhor com os meus amigos ser \_\_\_\_\_ favor ou contra a prisão?” Vários estudos nos \_\_\_\_\_ que se posicionar contra o grupo ativa áreas cerebrais relacionadas \_\_\_\_\_ dor. É o efeito manada: se todos \_\_\_\_\_ minha volta pensam assim, vou \_\_\_\_\_.

- (A) a ... vêm mostrando ... à ... à ... segui-los
- (B) à ... vêm mostrando ... à ... à ... seguir-lhes
- (C) a ... veem mostrando ... à ... a ... seguir eles
- (D) a ... vem mostrando ... a ... a ... os seguir
- (E) à ... vêem mostrando ... a ... à ... lhes seguir

Leia a tira, para responder à questão de número 07.



(Fernando Gonsales, Níquel Náusea. Folha de S.Paulo, 11.09.2015)

07. Na tira, o principal elemento responsável pelo efeito de sentido de humor é

- (A) a construção escrita, na forma de diálogo.
- (B) a representação gráfica das personagens.
- (C) a falta de sentido do diálogo entre as personagens.
- (D) o emprego de verbos no imperativo em sentido figurado.
- (E) a exploração do duplo sentido, no emprego de palavras.

Leia o texto, para responder à questão de número 08.

Perto do bosque de Chapultepec viveu faz tempo um homem que enriqueceu e se fez famoso criando Corvos para os melhores parques zoológicos do país e do mundo e os quais se tornaram tão excelentes que depois de algumas gerações e à força de boa vontade e perseverança já não tentavam arrancar os olhos do seu criador mas antes pelo contrário se especializaram em arrancar os dos curiosos que sem exceção e dando mostra do pior gosto repetiam diante deles a vulgaridade de que não se deviam criar Corvos porque arrancam os olhos de quem os cria.

(Augusto Monterroso, Os corvos bem criados.  
*A ovelha negra e outras fábulas*)

08. Esse texto foi escrito pelo autor sem pontuação entre seus enunciados. Se o pontuarmos, estará de acordo com a norma-padrão a pontuação da seguinte passagem:

- (A) ... se especializaram em arrancar os dos curiosos, que sem exceção, e, dando mostra do pior gosto repetiam...
- (B) ... os quais, se tornaram tão excelentes, que depois de algumas gerações, e à força, de boa vontade e perseverança...
- (C) ... já não tentavam arrancar os olhos do seu criador; mas, antes, pelo contrário, se especializaram em arrancar os dos curiosos...
- (D) ... dando mostra do pior gosto repetiam, diante deles a vulgaridade: de que não se deviam criar Corvos...
- (E) Perto do bosque de Chapultepec viveu, faz tempo um homem, que, enriqueceu; e se fez famoso criando Corvos...

Leia o texto, para responder às questões de números 09 e 10.

Passar quatro dias e quatro noites em casa, vendo o carnaval passar; ou não vendo nem isso, mas entregue a uma outra e cifrada folia, que nesta quarta-feira de cinzas abre suas pétalas de cansaço, como se também tivéssemos pulado e berrado no clube. Não ligar televisão, esquecer-se de rádio; deixar os locutores falando sozinhos, na ânsia de encher de discurso uma festa à base de movimento e canto. Perceber apenas o grito trêmulo, trazido e levado pelo vento, de um samba que marca a realidade lúdica sem nos convidar à integração. Beneficiar-se com a ausência de jornais que prova a inexistência provisória do mundo como arquitetura de notícias. Ter como companheiro o irmão gato Crispim, exemplo de abstenção sem sacrifício, manual de silêncio e sabedoria, aventureiro que experimentou a vertigem da luta-livre nos telhados e homologa a invenção da poltrona.

(Carlos Drummond de Andrade, Ficar em casa. *A bolsa e a vida*)

09. É correto afirmar que o texto

- (A) expõe o interesse do narrador pela cobertura jornalística do carnaval, privilegiando o emprego de palavras em sentido próprio.
- (B) descreve o estado de recolhimento do narrador durante e após a folia carnavalesca, empregando palavras em sentido figurado.
- (C) relata com precisão os eventos que atraem os fãs de carnaval, mediante o emprego, pelo narrador, de expressões em sentido próprio.
- (D) constrói um cenário festivo, graças ao relato objetivo de fatos ocorridos com familiares, com os quais convive o narrador.
- (E) reflete a indefinição do autor em relação ao tema, indefinição essa explicitada no uso de palavras pouco usuais.

10. Assinale a alternativa em que os verbos da passagem – Não **ligar** televisão, **esquecer-se** de rádio; **deixar** os locutores falando sozinhos... – estão em correta relação temporal, expressando o sentido de ordem.

- (A) Não ligam / esquecem-se / deixam
- (B) Não liguem / esquecem-se / deixem
- (C) Não liguem / esqueçam-se / deixem
- (D) Não ligam / esqueçam-se / deixam
- (E) Não liguem / esqueçam-se / deixam

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### DIREITO CONSTITUCIONAL

11. O subsídio dos Vereadores será fixado pelas respectivas Câmaras Municipais em cada legislatura para a subsequente, observados os critérios estabelecidos na Constituição Federal e na respectiva Lei Orgânica e o seguinte limite máximo, em Municípios de
- (A) até dez mil habitantes, corresponderá a vinte por cento do subsídio dos Deputados Estaduais.
  - (B) dez mil e um a cinquenta mil habitantes, equivalerá a vinte e cinco por cento do subsídio dos Deputados Estaduais.
  - (C) cinquenta mil a cem mil habitantes, será de trinta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais.
  - (D) cem mil e um a trezentos mil habitantes, corresponderá a trinta e cinco por cento do subsídio dos Deputados Estaduais.
  - (E) trezentos mil a quinhentos mil habitantes, será de quarenta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais.
12. Nos termos do art. 31, § 2º, da Constituição Federal, é correto afirmar que o parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar,
- (A) só poderá ser apreciado por órgãos judiciários de primeira e segunda instância e membros do Ministério Público.
  - (B) será analisado quando da criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais.
  - (C) será submetido ao Congresso Nacional, após análise do Tribunal de Contas da União.
  - (D) só atenderá ao fixado por lei de iniciativa da Assembleia Legislativa, observado o que dispõe o art. 26, parágrafo 2º.
  - (E) só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.
13. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, observados os seguintes princípios:
- (A) tratamento favorecido para as empresas de grande porte com sede no país e defesa do consumidor.
  - (B) abertura de crédito extraordinário para grandes empresas nacionais e busca do pleno emprego.
  - (C) redução das desigualdades regionais e sociais e irreducibilidade do valor dos benefícios.
  - (D) exploração direta de atividade econômica pelo Estado e equidade na forma de participação no custeio.
  - (E) livre concorrência, função social da propriedade e soberania nacional.

- 14.** Nos termos da Constituição Federal, são condições de elegibilidade a idade mínima de
- (A) trinta anos para Presidente e Vice-Presidente da República e Senador.
  - (B) trinta e cinco anos para Governador e Vice-Governador de Estado.
  - (C) vinte e um anos para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital.
  - (D) vinte e cinco anos para Prefeito, Vice-Prefeito e Vereador.
  - (E) dezoito anos para juiz de paz.
- 15.** As normas constitucionais disciplinam que perderá o mandato o prefeito
- (A) investido no cargo de Ministro de Estado ou de chefe de missão diplomática temporária.
  - (B) que assumir outro cargo ou função na Administração Pública direta, ressalvada a posse em virtude de concurso público, antes da eleição.
  - (C) que firmar ou mantiver contrato com sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público.
  - (D) que assumir outro cargo ou função na Administração Pública direta ou indireta, ressalvada a posse em virtude de concurso público.
  - (E) licenciado para tratar de interesse particular, desde que o afastamento ultrapasse noventa dias.
- 16.** Ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições,
- (A) proteger a maternidade, especialmente a gestante.
  - (B) assegurar o trabalhador em situação de desemprego involuntário.
  - (C) garantir o salário-família e o auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda.
  - (D) incrementar, em sua área de atuação, o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação.
  - (E) proteger a família, a maternidade, a infância, a adolescência e a velhice.
- 17.** Em decisões reiteradas e atuais, o Supremo Tribunal Federal estabeleceu que lei municipal proibindo a instalação de farmácias e drogarias numa mesma região, a menos de 500 (quinhentos) metros uma da outra,
- (A) é lícita, pois as farmácias e drogarias exercem atividade nitidamente de utilidade pública e, justamente por este motivo, podem sofrer limitações, pois trata-se de serviço à disposição da coletividade.
  - (B) é de competência do município, que pode, nesse caso, negar a emissão do alvará de funcionamento, impondo limitações e impedimentos.
  - (C) excede as competências do Município, até porque não cabe a ele estabelecer de forma rígida a distância entre os estabelecimentos comerciais, de qualquer natureza, mas à Constituição Federal.
  - (D) afronta os princípios da livre concorrência e da livre iniciativa, visto que o exercício da atividade econômica estaria cerceado pelo regramento municipal.
  - (E) integra a política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, e tem por objetivo ordenar o desenvolvimento da cidade e garantir o bem-estar dos seus habitantes.
- 18.** João Pedro Alcântara, jornalista do periódico “Diário de Notícias”, solicita, em nome próprio e com escora na Lei nº 12.527/2011, informações completas sobre o registro de despesas realizadas pela Prefeitura do Município XYZ, referente aos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro de 2015, os quais não estão disponíveis no sítio eletrônico de transparência ativa. Diante desse pedido, o Poder Executivo Municipal deve
- (A) explicar que essa informação não pode ser fornecida porque contida em registros e documentos produzidos por seus órgãos e classificada como secreta.
  - (B) negar a informação, que é sigilosa e está submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança dos municípios.
  - (C) fornecer a informação imediatamente ou no prazo de 20 (vinte) dias, ou, ainda, justificar a necessidade de prorrogar esse prazo por mais 10 (dez) dias.
  - (D) responder que o acesso a essa informação se refere a projetos de pesquisa e ações, projetos e obras de órgãos e entidades, cujo sigilo é imprescindível à continuidade dos programas.
  - (E) informar que esses dados podem colocar em risco a segurança do Chefe do Executivo Municipal e ficarão sob sigilo até o término do mandato em exercício.

19. O art. 23 da Lei nº 12.527/2011 considera imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado e, portanto, passíveis de classificação, as informações
- (A) cuja divulgação ou acesso irrestrito possam prejudicar ou causar risco a planos ou operações estratégicas das Forças Armadas.
  - (B) necessárias à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais.
  - (C) ou documentos que versem sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos praticada por agentes públicos.
  - (D) sobre atividades exercidas pelos órgãos e entidades públicas, inclusive as relativas à sua política, organização e serviços.
  - (E) produzidas ou custodiadas por pessoa física ou entidade privada decorrente de vínculo com órgãos ou entidades públicas, mesmo que esse vínculo já tenha cessado.

### DIREITO ADMINISTRATIVO

20. Considerando que a Prefeitura de Registro decida contratar empresa especializada na restauração de obras de arte, é correto afirmar que
- (A) a contratação exige a realização de licitação, que somente estará dispensada na hipótese de restauração de objeto histórico.
  - (B) a licitação é dispensável, porém a legislação estabelece duas condições: autenticidade certificada e desde que compatíveis ou inerentes às finalidades do órgão ou entidade.
  - (C) se a Administração quiser adquirir ou restaurar obras de arte e objetos históricos, inexigível, em qualquer hipótese, será a licitação.
  - (D) a licitação é inexigível somente na hipótese de aquisição de obras de arte e objetos históricos; na restauração, será sempre obrigatória.
  - (E) será dispensada a licitação em razão de ser inviável a sua realização, mas poderá a Administração realizá-la, visando atender ao interesse público.
21. Nos termos do Decreto-Lei nº 201/1967, que dispõe sobre a responsabilidade dos Prefeitos e dos Vereadores, o vereador que fixar residência fora do município
- (A) não poderá ser punido, por ausência de previsão legal.
  - (B) poderá ser suspenso por prazo indeterminado.
  - (C) poderá ter seu mandato cassado.
  - (D) poderá ser responsabilizado por crime eleitoral.
  - (E) poderá ser suspenso até comprovação da fixação da residência.

22. Considere que uma Lei fosse declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, após ser aprovada pela Câmara Municipal de Registro, sancionada e promulgada pelo Prefeito. É correto afirmar que:
- (A) mesmo que a referida lei venha a gerar danos a particulares, não há que se falar em responsabilidade civil do Estado, pois tanto na doutrina como na jurisprudência é pacífico o entendimento da presunção de constitucionalidade.
  - (B) se a lei efetiva e comprovadamente produziu danos ao particular, há responsabilidade civil do Estado, porém, o fato gerador da responsabilidade estatal alcança apenas a inconstitucionalidade material.
  - (C) há responsabilidade civil do Estado, independentemente da comprovação do dano pelo particular.
  - (D) se a lei efetiva e comprovadamente produziu danos ao particular, há responsabilidade civil do Estado, destacando-se que o fato gerador da responsabilidade estatal alcança tanto a inconstitucionalidade material como a formal.
  - (E) se a lei efetiva e comprovadamente produziu danos ao particular, há responsabilidade civil do Estado, porém, o fato gerador da responsabilidade estatal alcança apenas a inconstitucionalidade formal.
23. Considerando que a licitação prevista na Lei nº 8.666/93 é um procedimento administrativo, anterior ao próprio contrato, que permite que várias pessoas ofertem suas propostas, e, conseqüentemente, permite à Administração escolher a mais vantajosa, no que concerne à formalização deste procedimento, é correto afirmar que
- (A) a habilitação situa-se no âmbito do poder de controle hierárquico da autoridade superior e tem natureza jurídica de ato administrativo de confirmação.
  - (B) o Edital é a única espécie de instrumento convocatório, sendo utilizado em todas as modalidades de licitação.
  - (C) a Lei exige disponibilidade financeira integral ao momento do início da execução do contrato.
  - (D) o Tribunal de Contas poderá exercer o controle prévio sobre qualquer Edital de licitação.
  - (E) a Adjudicação é o ato pelo qual a Administração, através da autoridade competente, atribui ao vencedor do certame a atividade (obra, serviço ou compra) que constitui o objeto da futura contratação.

24. Nos fundos do terreno de uma determinada Escola Municipal de Registro existe uma casa para residência do zelador (vigia), que a utiliza sem qualquer ônus para o Município e que, atualmente, está reivindicando a posse do referido bem. Ao advogado da Câmara é solicitado elaborar um Parecer sobre o uso do referido bem público pelo zelador. É correto afirmar que
- (A) seja remunerada ou gratuita a concessão, não pode o zelador reivindicar a posse do bem, na verdade possui mera detenção, havendo possibilidade de ação de reintegração.
  - (B) o zelador possui a posse do bem público, não havendo a possibilidade de reivindicar o imóvel, pois a anuência da Administração estaria a indicar contrato verbal.
  - (C) apesar de o zelador não possuir a posse do bem, não há possibilidade de reivindicar o imóvel, pois a anuência da Administração estaria a indicar contrato verbal.
  - (D) se a concessão for remunerada, o zelador poderá reivindicar a posse do bem, não havendo, portanto, possibilidade de ação de reintegração.
  - (E) apesar de o zelador não possuir a posse do bem, por tratar-se de concessão de uso, não há possibilidade de ação de reintegração.
25. No que concerne ao Processo Administrativo Disciplinar, é correto afirmar que
- (A) dependerá sempre do processamento prévio de sindicância como condição para sua instauração.
  - (B) a jurisprudência não tem admitido o uso de prova emprestada, mesmo que legalmente produzida em processo criminal.
  - (C) o princípio da insignificância deverá incidir no processo administrativo no que tange ao *quantum* da vantagem ilícita eventualmente obtida pelo servidor municipal.
  - (D) dependerá sempre do processamento prévio de inquérito administrativo como condição para sua instauração.
  - (E) a falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição.
26. A desapropriação realizada para a proteção do solo e a preservação de cursos e mananciais de água e de reservas florestais está alicerçada no pressuposto
- (A) da utilidade pública, pois a transferência do bem se afigura conveniente para a Administração.
  - (B) da utilidade pública, pois decorre de situação emergencial que exige a transferência da propriedade à Administração.
  - (C) da necessidade pública, pois a transferência do bem se afigura conveniente para a Administração.
  - (D) do interesse social, pois objetiva a distribuição da propriedade ou condiciona o seu uso ao bem-estar social.
  - (E) da necessidade pública, pois objetiva a distribuição da propriedade ou condiciona o seu uso ao bem-estar social.
27. Nos termos da Lei nº 8.666/93, e com relação à anulação e revogação do ato administrativo no processo licitatório, é correto afirmar que
- (A) por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente, poderá a autoridade competente, para a aprovação do procedimento, revogar a licitação.
  - (B) a nulidade exonera a Administração de qualquer responsabilidade e do dever de indenizar o contratado pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados.
  - (C) a licitação não poderá ser revogada mesmo na hipótese de alicerçar-se em razões de interesse público decorrente de fato superveniente e devidamente comprovado, pertinente e suficiente.
  - (D) a revogação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, podendo, no máximo, proporcionar ao particular a expectativa de direito de contrato eventual com o Poder Público.
  - (E) a nulidade do procedimento licitatório não induz à do contrato, devendo este ser preservado, assim como os ajustes que ocorreram após a sua invalidação.
28. Com relação ao controle externo exercido pelo Tribunal de Contas, é correto afirmar que
- (A) a função exercida pelo Tribunal de Contas é técnica, administrativa e jurisdicional, sendo suas decisões equiparadas àquelas oriundas do Poder Judiciário. Portanto, as decisões das Cortes de Contas são aplicadas atendendo às deliberações dos próprios Conselheiros, sem a necessidade de análise por outro Poder.
  - (B) tanto este como o interno serão efetuados em todas as entidades da Administração Direta e somente em algumas da Indireta, pois, no tocante a estas últimas há necessidade de se comprovar a gerência ou administração de dinheiros, bens e valores públicos.
  - (C) nos processos perante o Tribunal de Contas da União asseguram-se o contraditório e a ampla defesa quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, excetuada a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão.
  - (D) o Tribunal de Contas, no exercício da atribuição sancionadora, poderá aplicar, entre outras, as seguintes penalidades: multa proporcional ao débito imputado, afastamento do cargo de dirigente que obstrui a auditoria, decretação de indisponibilidade de bens por até um ano, declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública por até cinco anos, mas é vedada a aplicação de declaração de inabilitação para o exercício de função de confiança.
  - (E) o referido Tribunal é órgão subordinado ao Poder Legislativo, que o auxilia na fiscalização financeira, e orçamentária. Esta fiscalização, nos termos da Constituição Federal, será realizada quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de subvenções e renúncia de receitas, devendo de tudo ser informado o Poder Judiciário.

**29.** Para pleitear-se a anulação de um negócio jurídico, o prazo é de

- (A) dois anos e trata-se de prescrição.
- (B) três anos e trata-se de prescrição.
- (C) quatro anos e trata-se de prescrição.
- (D) dois anos e trata-se de decadência.
- (E) quatro anos e trata-se de decadência.

**30.** Sobre a evicção, assinale a alternativa correta.

- (A) Nos contratos bilaterais gratuitos também responde o alienante pela evicção.
- (B) Por cláusula expressa, é possível diminuir a responsabilidade pela evicção.
- (C) As custas judiciais e honorários advocatícios estão excluídos da garantia.
- (D) Não há essa garantia quando a aquisição se tenha realizado em hasta pública.
- (E) Em regra, não subsiste essa obrigação se a coisa alienada esteja deteriorada.

**31.** A hipoteca extingue-se

- (A) pela extinção da obrigação principal.
- (B) pela morte do devedor hipotecário.
- (C) pela alienação da coisa hipotecada.
- (D) por decadência.
- (E) pelo abandono da coisa hipotecada.

**32.** Empresa pública municipal aluga imóvel de sua propriedade para consultórios médicos particulares. Quanto ao contrato de locação, assinale a alternativa correta.

- (A) Trata-se de contrato administrativo, que deve ter sido precedido de licitação, e cujas regras se regem pelos princípios de direito administrativo.
- (B) Trata-se de contrato administrativo, que exige procedimento licitatório, regendo-se pelos princípios de direito comum.
- (C) É um contrato administrativo, com a possibilidade de a Administração desfazê-lo a qualquer tempo.
- (D) Sujeita-se ao regime jurídico de direito privado, e submetido à Lei de Locações, portanto sem natureza administrativa.
- (E) Considerando a natureza jurídica do locador, seus bens são públicos, o contrato será de direito privado, mas sujeito à licitação.

**33.** Considerando a devolução de imóvel de possuidor de boa-fé que, temendo assaltos comuns na região, instala grades nas janelas, assinale a alternativa correta.

- (A) Por se tratar de benfeitoria voluptuária, o possuidor não tem direito a indenização e tampouco a reter o imóvel.
- (B) Por se tratar de benfeitoria voluptuária, não terá direito à indenização e tampouco a levantá-la.
- (C) Por se tratar de benfeitoria necessária, o possuidor tem direito a reter o imóvel até ser indenizado.
- (D) Por se tratar de benfeitoria útil, não terá direito a ser indenizado, mas a levantá-la.
- (E) Por se tratar de benfeitoria útil, terá direito a reter o imóvel até ser indenizado pelo proprietário.

**34.** Sobre o usufruto, assinale a alternativa correta.

- (A) Não se pode ceder o exercício do usufruto, seja a título gratuito ou oneroso.
- (B) O usufrutuário tem direito à posse e uso, e o proprietário à percepção dos frutos.
- (C) Inviável, por sua natureza jurídica, que o usufruto recaia sobre título de crédito.
- (D) Os frutos civis, vencidos na data inicial do usufruto, pertencem ao proprietário.
- (E) O usufrutuário poderá mudar a destinação econômica do imóvel, sem anuência do proprietário.

**35.** Considerando fato que gera o dever de indenizar, mas que também será apurado na esfera criminal, é correto afirmar que a responsabilidade civil

- (A) é independente da criminal, não se podendo questionar mais sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal.
- (B) é independente da criminal, porém, para que não haja decisões conflitantes, deve-se aguardar a decisão criminal, suspendendo-se o prazo prescricional da ação civil.
- (C) é independente da criminal, nos casos em que se deve apurar culpa ou dolo do agente, sobrestando-se a ação civil até a apuração criminal.
- (D) é dependente da criminal, devendo aguardar-se a decisão criminal, interrompendo-se o curso de prazo prescricional da ação civil.
- (E) é dependente da criminal, devendo ambas serem julgadas na mesma decisão, para que não existam decisões conflitantes.

36. Uma grande rede de lojas, que tem foco na venda pela internet, anunciou a venda de um computador, sendo que por um erro de digitação constou como preço final do produto R\$ 2,00 (dois reais), ao invés do valor real de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

Diante dos princípios que informam o Código de Defesa do Consumidor, é correto afirmar que

- (A) todo consumidor que adquirir o produto por R\$ 2,00 (dois reais) terá o direito de receber o produto, pois a exposição do produto na internet é considerada oferta e vincula a compra que vier a ser celebrada.
- (B) tendo em vista que o erro é grosseiro, e sabendo-se que no mercado de consumo um computador teria valor muito superior ao preço anunciado, pelo princípio da boa-fé objetiva que rege as relações de consumo, o fornecedor não é obrigado a vender o produto pelo preço anunciado.
- (C) o consumidor só terá direito a comprar um produto neste valor, pois pelo princípio da boa-fé subjetiva, todos os que participam dessa relação têm o dever de agir honestamente.
- (D) tendo em vista que o erro é grosseiro, e sabendo-se que no mercado de consumo um computador teria o preço muito superior ao anunciado, pelo princípio da boa-fé subjetiva que rege as relações de consumo, o fornecedor não é obrigado a vender o produto pelo preço anunciado.
- (E) o consumidor só terá direito a comprar uma unidade do produto neste valor, pois, pelo princípio da transparência, todos os que participam dessa relação têm o dever de agir honestamente.

37. É considerado direito básico do consumidor a facilitação de sua defesa em juízo, por meio da possibilidade da inversão do ônus da prova. Dentro do que dispõe o Código de Defesa do Consumidor acerca dessa disciplina, é correto afirmar que

- (A) a inversão do ônus da prova é automática, sendo que em todas as ações relativas aos direitos do consumidor o juiz tem a obrigação de concedê-la.
- (B) para que haja a inversão do ônus da prova, o juiz deve se basear nos termos da lei, sem levar em consideração as suas máximas de experiência.
- (C) só haverá a inversão do ônus da prova se cumulativamente as alegações do consumidor forem verossímeis e ele for considerado hipossuficiente.
- (D) a inversão do ônus da prova poderá favorecer o fornecedor, dado o princípio da isonomia aplicado às relações de consumo que forem abordadas em juízo.
- (E) ficará a critério do juiz deferir a inversão do ônus da prova exclusivamente ao consumidor, sempre que o direito debatido for verossímil ou o consumidor hipossuficiente, levando-se em consideração as suas máximas de experiência.

38. Imagine que uma publicidade de cerveja é veiculada em rede nacional de rádio e televisão, comparando o produto a uma mulher negra, com o seguinte *slogan*: “É pelo corpo que se conhece a verdadeira negra”, e ao lado uma figura de mulher negra seminua. Sabendo que o Código de Defesa do Consumidor tutela a forma como a publicidade deve ser veiculada no mercado de consumo, é correto afirmar que

- (A) pelo princípio da liberdade de expressão, não há limites na legislação consumerista para que as publicidades sejam veiculadas.
- (B) a publicidade exemplificada demonstra-se enganosa, porque não se pode comparar uma mulher a um produto, induzindo os consumidores em erro.
- (C) se trata de um caso típico de publicidade abusiva discriminatória, que fere a figura feminina negra, comparando-a a um produto.
- (D) se trata de um caso típico de publicidade enganosa discriminatória, que fere a figura feminina, tanto as negras quanto as de qualquer outra etnia, comparando-as a um produto.
- (E) a publicidade está de acordo com a legislação, pois embora haja limites traçados pela legislação, a mulher não foi colocada em evidência, e sim foi usada apenas para fazer um apelo sentimental à marca de cerveja, valorizando-se a figura feminina.

39. O *recall*, também conhecido como chamamento, serve para alertar os consumidores sobre eventuais falhas que surjam nos produtos após a sua inserção no mercado de consumo. Acerca deste instituto, é correto afirmar que está intimamente ligado ao princípio da

- (A) proteção à saúde e segurança dos consumidores.
- (B) boa-fé objetiva.
- (C) educação para o consumo.
- (D) modificação de cláusulas contratuais.
- (E) racionalização e melhoria dos serviços públicos.

40. Sobre a extensão da legislação que pode ser aplicada às relações jurídicas de consumo, nos termos do Código de Defesa do Consumidor, é correto afirmar que
- (A) apenas a lei especial brasileira poderá ser aplicada a essas relações.
  - (B) além da lei especial brasileira, é possível que direitos previstos em convenções internacionais sejam utilizadas, mesmo que o Brasil não seja signatário.
  - (C) na aplicação das normas consumeristas, é possível que sejam aplicadas normas que derivem dos princípios gerais do direito, analogia, costumes e equidade.
  - (D) não se admite no direito brasileiro, mesmo em se tratando de questões consumeristas, que se apliquem a equidade na solução de conflitos.
  - (E) os direitos previstos no Código de Defesa do Consumidor excluem outros decorrentes de tratados ou convenções internacionais de que o Brasil seja signatário.
41. Ana Laura adquiriu um liquidificador da marca “Bate tudo”, nas lojas “Vende Mais”. Ao chegar em casa verificou que o produto estava com o fio de energia quebrado e por isso foi impossível usá-lo. Diante dessa situação, é correto afirmar que a responsabilidade a ser apurada neste caso é
- (A) objetiva pelo fato do produto.
  - (B) subjetiva pelo vício de qualidade do produto.
  - (C) objetiva pelo vício de quantidade do produto.
  - (D) objetiva pelo vício de qualidade do produto.
  - (E) subjetiva pelo fato do produto.
43. Miguel é devedor de um cheque no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), cujo credor é Natanael. Ao depositar a cartela, o credor se depara com a inadimplência de Miguel. Mesmo após tratativas extrajudiciais na tentativa de receber os valores descritos, o credor continuou sem receber os valores devidos. Diante da situação hipotética, é correto afirmar que o credor deverá propor
- (A) cumprimento de sentença, sendo que ao ser intimado o devedor poderá apresentar embargos à execução, no prazo de quinze dias, independentemente de garantia do juízo.
  - (B) ação de execução, sendo que ao ser citado o devedor poderá apresentar embargos à execução, no prazo de quinze dias, independentemente de garantia do juízo.
  - (C) ação de execução, sendo que ao ser citado o devedor poderá apresentar embargos à execução, no prazo de quinze dias, após a garantia do juízo.
  - (D) cumprimento de sentença, sendo que ao ser intimado o devedor poderá apresentar impugnação, no prazo de quinze dias, com a garantia do juízo.
  - (E) ação de execução, sendo que ao ser citado o devedor poderá apresentar impugnação no prazo de quinze dias, após a garantia do juízo.
44. Assinale a alternativa correta sobre as disposições contidas na Lei do Mandado de Segurança.
- (A) Se concederá mandado de segurança de ato do qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independentemente de caução.
  - (B) Cabe mandado de segurança contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias de serviço público.
  - (C) Em caso de urgência, é permitido, observados os requisitos legais, impetrar mandado de segurança por telegrama, radiograma, fax ou outro meio eletrônico de autenticidade comprovada.
  - (D) Do indeferimento da inicial pelo juiz de primeiro grau caberá apelação, e quando a competência para o julgamento do mandado de segurança couber originariamente a um dos tribunais, do ato do relator não caberá qualquer recurso.
  - (E) Cabem no processo de mandado de segurança a interposição de embargos infringentes e a condenação ao pagamento dos honorários advocatícios, sem prejuízo da aplicação de sanções no caso de litigância de má-fé.

#### DIREITO PROCESSUAL CIVIL

42. Durante uma audiência de instrução e julgamento, o juiz deferiu a contradita da testemunha do réu, indeferiu a produção de prova pericial requerida pelo autor, fundamentando claramente suas decisões, e, ao final, julgou antecipadamente a lide, considerando a demanda improcedente. Diante da atual sistemática processual, frente aos atos praticados pelo juiz, é correto afirmar que
- (A) com relação à contradita aceita, poderá o réu interpor agravo de instrumento.
  - (B) no que diz respeito ao julgamento antecipado da lide, poderá o réu interpor apelação.
  - (C) quanto ao indeferimento da prova pericial, poderá o autor interpor embargos de declaração.
  - (D) não há recursos previstos no Código de Processo Civil para as decisões interlocutórias proferidas em sede de audiência de instrução e julgamento, cabendo à parte que sentir-se lesada apenas requerer que constem seus protestos na ata de audiência.
  - (E) poderá o autor interpor agravo retido diante do indeferimento da prova pericial e apelação frente à sentença de improcedência.

45. Numa ação de indenização que tramita pelo rito ordinário, em que o polo passivo é composto por duas pessoas, com relação aos prazos de defesa, assinale a alternativa correta.
- (A) Se um dos réus for a Fazenda Pública, ela terá o dobro de prazo para contestar.
  - (B) Sendo os réus assistidos por advogados diferentes, ambos terão o quádruplo de prazo para apresentar defesa.
  - (C) Iniciar-se-á o prazo para apresentação de defesa da juntada de cada um dos mandados positivos aos autos, sendo assim, cada réu terá seu prazo independente do outro.
  - (D) O prazo para apresentação de defesa será de quinze dias, contado da juntada do último mandado positivo aos autos, sendo que, se os réus tiverem advogados diferentes, tal prazo será contado em dobro.
  - (E) Sendo os réus assistidos pelo mesmo advogado, o prazo para defesa será contado em dobro e terá início da juntada do último mandado de citação positivo nos autos.
46. Sobre a decisão da ação direta de inconstitucionalidade e na declaratória de constitucionalidade, é correto afirmar que
- (A) a decisão sobre a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade da lei ou do ato normativo somente será tomada se presentes na sessão pelo menos sete Ministros.
  - (B) a decisão que declara a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade da lei ou do ato normativo em ação direta ou em ação declaratória é irrecorrível, ressalvada a interposição de embargos declaratórios, não podendo, igualmente, ser objeto de ação rescisória.
  - (C) dentro do prazo de quinze dias após o trânsito em julgado da decisão, o Supremo Tribunal Federal fará publicar em seção especial do Diário da Justiça e do Diário Oficial da União a parte dispositiva do acórdão.
  - (D) ao declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, e tendo em vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social, poderá o Supremo Tribunal Federal, por maioria de três quartos de seus membros, restringir os efeitos daquela declaração ou decidir que ela só tenha eficácia a partir de seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado.
  - (E) a declaração de constitucionalidade ou de inconstitucionalidade, exceto a interpretação conforme a Constituição e a declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução de texto, têm eficácia contra todos e efeito vinculante em relação aos órgãos do Poder Judiciário e à Administração Pública federal, estadual e municipal.
47. Em um contrato de adesão constou uma cláusula de eleição de foro que prejudicava a parte mais vulnerável da relação jurídica. Nessa situação hipotética, no que diz respeito à competência prevista no Código de Processo Civil, está correto afirmar que
- (A) qualquer ação judicial só poderá ser proposta no foro de eleição, por se tratar de competência relativa.
  - (B) apenas se a parte prejudicada requerer a nulidade de tal cláusula, a competência pelo foro de eleição poderá ser afastada.
  - (C) é possível que em casos como este o juiz declare a nulidade de tal cláusula de ofício, declinando a competência para o domicílio do réu.
  - (D) por se tratar de competência absoluta, a parte que sentir-se lesada pela eleição do foro deverá manejar exceção de incompetência.
  - (E) é possível que em casos como este o juiz declare a nulidade de tal cláusula de ofício, declinando a competência para o domicílio do autor.
48. Sobre a Lei de Execuções Fiscais (Lei nº 6.830/80), é correto afirmar que
- (A) a inscrição, que se constitui no ato de controle administrativo da legalidade, será feita pelo órgão competente para apurar a liquidez e certeza do crédito e suspenderá a prescrição, para todos os efeitos de direito, por 90 dias, ou até a distribuição da execução fiscal, se esta ocorrer antes de findo aquele prazo.
  - (B) o Termo de Inscrição e a Certidão de Dívida Ativa poderão ser preparados e numerados por processo mecânico ou eletrônico, mas nunca de forma manual.
  - (C) a citação nessas ações só poderá ser feita por meio de oficial de justiça.
  - (D) nas ações previstas nesta lei, são admissíveis embargos do executado antes de garantida a execução.
  - (E) na execução fiscal far-se-á a intimação da penhora ao executado, mediante publicação, no órgão oficial, do ato de juntada do termo ou do auto de penhora, salvo se na citação feita pelo correio, o aviso de recepção não contiver a assinatura do próprio executado, ou de seu representante legal, quando então deverá ser feita citação pessoal.

49. Assinale a alternativa correta sobre o instituto da coisa julgada, previsto no Código de Processo Civil.
- (A) A verdade dos fatos tida como fundamento da sentença fará coisa julgada.
  - (B) Não faz coisa julgada a resolução da questão prejudicial, feita a requerimento da parte, mesmo sendo o juiz competente em razão da matéria e constituir pressuposto necessário para o julgamento da lide.
  - (C) Está sujeita ao duplo grau de jurisdição a sentença que estiver fundada em jurisprudência do plenário do Supremo Tribunal Federal ou em súmula deste Tribunal ou do tribunal superior competente, se proferidas contra a União, para que tenha efeito.
  - (D) Tratando-se de relação jurídica continuativa, sobrevivendo modificação no estado de fato ou de direito, poderá ser revista a decisão, mesmo que já acalentada pela coisa julgada.
  - (E) Nas causas relativas ao estado de pessoa, se houverem sido citados no processo, em litisconsórcio necessário, todos os interessados, a sentença não produzirá coisa julgada em relação a terceiros.

#### DIREITO TRIBUTÁRIO

50. Estabelece a Constituição Federal que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição. Certo município, por seu turno, realiza cobrança de taxa exclusivamente em razão de serviços públicos de coleta, remoção e tratamento de lixo proveniente de imóveis nele localizados. Em tal circunstância, é correto afirmar que referida taxa
- (A) não viola a disposição constitucional, pois a taxa é cobrada pela utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado aos contribuintes ou postos à sua disposição.
  - (B) não viola a disposição constitucional, visto se tratar do exercício do poder de polícia que, embora específico, é indivisível.
  - (C) pode, excepcionalmente, ter como base de cálculo o valor venal dos imóveis beneficiados pelos serviços, haja visto que o fato gerador do tributo em questão está relacionado ao próprio imóvel.
  - (D) é inconstitucional porque a base de cálculo a ser adotada é a mesma do imposto predial e territorial urbano, o que é vedado pela Constituição Federal.
  - (E) afronta a disposição constitucional por se tratar de serviço público específico, mas não divisível.

51. João Fagundes recebeu notificação de lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbano de imóvel de sua propriedade. João, contudo, discordando do valor cobrado, ingressou com ação anulatória de lançamento tributário junto à Vara da Fazenda Pública do Estado onde se localiza o imóvel. O Juízo da referida Vara determinou que João efetue, dentro do quinquídio, o depósito prévio do montante constante do lançamento, sob pena de extinção do feito. A exigência do Juízo no caso em comento é
- (A) legítima, visto que sem o depósito do montante integral não haverá como ser suspensa a exigibilidade do crédito tributário, motivo pelo qual a ação perderá seu objeto.
  - (B) legítima, encontrando fundamento no Código Tributário Nacional, eis que a causa extintiva da exigibilidade do crédito tributário não é a ação anulatória e sim o depósito integral que nela deve ser efetivado.
  - (C) ilegal, uma vez que, de acordo com previsão expressa no Código Tributário Nacional, a propositura da ação anulatória de lançamento tributário é de *per se* suficiente para suspender a exigibilidade do crédito questionado.
  - (D) inconstitucional, porque o depósito prévio não é requisito de admissibilidade da ação anulatória de lançamento tributário pela qual se pretenda discutir a exigibilidade do crédito tributário.
  - (E) legítima, pois, ainda que João pleiteie e obtenha tutela antecipada em sede da ação anulatória de lançamento tributário, continuará obrigado a promover o depósito prévio do valor relativo ao lançamento impugnado, sem o qual ficará inviabilizado o julgamento do feito.
52. Assinale a alternativa que corretamente faz referência a um tributo que ostenta a característica da parafiscalidade.

- (A) Imposto sobre Produtos Industrializados.
- (B) Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural.
- (C) Empréstimo compulsório.
- (D) Contribuição para a seguridade social.
- (E) Taxa de iluminação pública.

53. Acerca da competência tributária, é correto afirmar que

- (A) é delegável, irrenunciável e seu exercício é obrigatório.
- (B) é delegável e renunciável, mas seu exercício é facultativo.
- (C) é indelegável, salvo atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, ou de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária, conferida por uma pessoa de direito público a outra, nos termos estabelecidos pela Constituição Federal.
- (D) constitui delegação de competência o cometimento, a pessoas de direito privado, do encargo ou função de arrecadar tributos, como se verifica em relação às instituições financeiras.
- (E) o não-exercício da competência tributária pelos Estados ou pelos Municípios a defere à União.

54. Caso um contribuinte, em razão de ser proprietário de determinado bem imóvel, seja instado a pagar o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e também o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), esse contribuinte deve

- (A) promover o pagamento de ambos os impostos, visto que possuem base de cálculo diversa e são devidos a entes tributantes diferentes.
- (B) promover ação anulatória, visando anular ambos os lançamentos, porque a base de cálculo dos tributos exigidos é idêntica.
- (C) promover ação de consignação em pagamento, porque ambos os tributos têm incidência sobre o mesmo fato gerador.
- (D) pagar ambos os impostos, pois, caso o imóvel esteja localizado na área limítrofe entre a zona urbana e a zona rural, os dois impostos serão devidos.
- (E) ingressar imediatamente com exceção de pré-executividade.

55. Determina o Código Tributário Nacional a possibilidade de homologação tácita, tratando-se de tributo sujeito a lançamento dessa natureza, quando a autoridade competente, tomando conhecimento do pagamento antecipado realizado pelo contribuinte, permanece inerte pelo prazo de cinco anos. Referido prazo conta-se

- (A) da ocorrência do fato gerador.
- (B) da verificação da obrigação tributária.
- (C) da data em que for efetivado o pagamento.
- (D) da data da constituição do crédito exigido.
- (E) do primeiro dia do exercício seguinte ao que tenha sido realizado o pagamento.

56. No termos do que dispõe a Lei nº 4.320/64, as dotações para investimentos ou inversões financeiras que outras pessoas de direito público ou privado devam realizar, independentemente de contraprestação direta em bens ou serviços, constituindo-se auxílios ou contribuições, segundo derivem diretamente da Lei de Orçamento ou de lei especialmente anterior, bem como as dotações para amortização da dívida pública, são

- (A) transferências de capital.
- (B) investimentos.
- (C) inversões financeiras.
- (D) despesas de custeio.
- (E) transferências correntes.

57. Segundo estabelece a Lei Geral do Orçamento, os restos a pagar com prescrição interrompida e os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente poderão ser pagos à conta de dotação específica consignada no orçamento, discriminada por elementos, obedecida sempre que possível, a ordem

- (A) crescente de seus montantes.
- (B) decrescente de seus montantes.
- (C) cronológica.
- (D) quantitativa.
- (E) qualitativa.

58. O produto de receitas especificadas que por lei se vinculam à realização de determinados objetivos ou serviços, facultada a adoção de normas peculiares de sua aplicação, constitui

- (A) crédito suplementar.
- (B) excesso de arrecadação.
- (C) superávit primário.
- (D) fundo especial.
- (E) receita adicional.

59. De acordo com a Lei Complementar nº 101/00, a destinação de recursos para, direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas jurídicas ou déficits de pessoas jurídicas deverá ser autorizada por lei específica, estar prevista no orçamento ou em seus créditos adicionais e atender às condições estabelecidas na lei
- (A) de diretrizes orçamentárias.
  - (B) geral do orçamento.
  - (C) orgânica do município.
  - (D) do plano diretor.
  - (E) de finanças municipais.
60. No que respeita à contratação das operações de crédito, segundo a disciplina que lhe é conferida pela Lei de Responsabilidade Fiscal, o cumprimento dos limites e condições relativos à realização de operações de crédito de cada ente da Federação, inclusive das empresas por eles controladas, direta ou indiretamente, será verificado pelo
- (A) Ministério Público.
  - (B) Ministério da Fazenda.
  - (C) Poder Legislativo.
  - (D) Poder Judiciário.
  - (E) Tribunal de Contas da União.

### DIREITO PENAL

61. Assinale a alternativa correta.
- (A) O prazo penal tem contagem diversa da dos prazos processuais e o dia do começo inclui-se no cômputo do prazo, ainda que se trate de fração de dia.
  - (B) As regras gerais do Código Penal sempre terão aplicação aos fatos incriminados por lei especial.
  - (C) Nas penas privativas de liberdade desprezam-se as frações de dias, o mesmo não ocorrendo nas penas restritivas de direitos.
  - (D) A lei penal não contém dispositivo a respeito da prorrogação dos prazos penais e, assim, podem ser prorrogáveis.
  - (E) Os prazos prescricionais e decadenciais são prazos de direito processual e não material.

62. Sobre o crime de incêndio, qualificado pelo resultado morte ou lesão corporal de natureza grave, é correta a afirmação:
- (A) Se doloso e resulta lesão corporal de natureza grave, a pena privativa de liberdade é aumentada de um a dois terços.
  - (B) Se doloso e resulta morte, a pena é aumentada de metade.
  - (C) Se culposo e do fato resulta lesão corporal, a pena é aumentada de dois terços.
  - (D) Se culposo e do fato resulta morte, aplica-se a pena cominada ao homicídio culposo, aumentada de um terço.
  - (E) As formas qualificadas de crime de perigo comum, dispostas no artigo 258 do Código Penal, não se aplicam ao crime de incêndio na modalidade culposa.
63. Sobre o crime de inserção de dados falsos em sistema de informações, tipificado no artigo 313-A do Código Penal, assinale a alternativa correta.
- (A) É crime funcional próprio e admite modalidade culposa.
  - (B) É crime material, não sendo suficiente apenas que se dê a inserção ou modificação dos dados para que seja consumado.
  - (C) É aplicável apenas ao sistema previdenciário, não se admitindo sua aplicação a toda a Administração Pública.
  - (D) Não admite tentativa.
  - (E) Requer um fim especial de agir consistente na obtenção de vantagem indevida para si ou para outrem ou para causar dano.
64. Assinale a alternativa correta.
- (A) A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, desde que não decididos por sentença condenatória transitada em julgado.
  - (B) A pena cumprida no estrangeiro atenua a pena imposta no Brasil pelo mesmo crime, quando diversas, ou nela é computada, quando idênticas.
  - (C) A lei excepcional ou temporária aplica-se ao fato praticado durante sua vigência e somente no período de sua duração.
  - (D) Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, os crimes contra a Administração Pública, por quem está a seu serviço, sendo o agente punido segundo a lei brasileira somente se condenado no estrangeiro.
  - (E) A sentença estrangeira, quando a aplicação da lei brasileira produz na espécie as mesmas consequências, pode ser homologada no Brasil, para obrigar o condenado à reparação do dano, a restituições e a outros efeitos civis, prescindindo de pedido da parte interessada.

65. Assinale a alternativa correta sobre o crime de sonegação de contribuição previdenciária, tipificado no artigo 337-A do Código Penal.

- (A) Configura o crime a supressão ou redução da contribuição previdenciária e qualquer acessório, mediante a omissão total e não parcial, de receitas ou lucros auferidos, remunerações pagas ou creditadas e demais fatos geradores de contribuições sociais previdenciárias.
- (B) A ação penal para se apurar este crime é pública incondicionada, sendo de competência da Justiça Estadual.
- (C) É extinta a punibilidade se o agente, espontaneamente, declara e confessa as contribuições, importâncias ou valores e presta as informações devidas à previdência social, na forma definida em lei ou regulamento, antes do início da ação fiscal.
- (D) Trata-se de crime formal consumando-se com a efetiva supressão ou redução da contribuição social previdenciária.
- (E) Se o empregador não é pessoa jurídica e sua folha de pagamento mensal não ultrapassa a R\$ 1.510,00 (um mil e quinhentos e dez reais), o juiz deverá reduzir a pena de um terço até a metade ou aplicar apenas a de multa.

#### DIREITO ELEITORAL

66. Sobre condutas vedadas aos agentes públicos em campanhas eleitorais, assinale a alternativa correta.

- (A) É proibida, nos três meses que antecedem o pleito e até a posse dos eleitos, a nomeação ou contratação necessária à instalação ou ao funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais, ainda que com prévia e expressa autorização do Chefe do Poder Executivo.
- (B) É proibido, a todos os agentes públicos das esferas administrativas, nos três meses que antecedem o pleito, fazer pronunciamento em cadeia de rádio e televisão, fora do horário eleitoral gratuito, salvo quando, a critério da Justiça Eleitoral, tratar-se de matéria urgente, relevante e característica das funções de governo.
- (C) A sanção de multa prevista para a violação das condutas vedadas em campanhas eleitorais, duplicada a cada reincidência, somente se aplica aos agentes públicos por elas responsáveis e aos candidatos que delas se beneficiarem, não recaindo sobre os partidos e coligações.
- (D) Apura-se a prática das condutas vedadas aos agentes públicos em campanhas eleitorais por meio de representação, ajuizada até a data da diplomação, cujo procedimento observará o rito previsto no artigo 22 da Lei Complementar nº 64/90.
- (E) É proibido realizar, nos três meses que antecedem o pleito, despesas com publicidade dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, ou das respectivas entidades da Administração indireta, que excedam a média dos gastos no primeiro semestre dos três últimos anos que antecedem o pleito.

67. Assinale a alternativa correta.

- (A) A mudança substancial ou desvio reiterado do programa partidário e a grave discriminação política pessoal não são consideradas justa causa para a desfiliação partidária.
- (B) Para desligar-se do partido, o filiado faz comunicação escrita apenas ao órgão de direção municipal, não se exigindo a comunicação ao Juiz Eleitoral da Zona em que for inscrito.
- (C) Considera-se justa causa para a desfiliação partidária a mudança de partido efetuada durante o período de trinta dias que antecede o prazo de filiação exigido em lei para concorrer à eleição, majoritária ou proporcional, ao término do mandato vigente.
- (D) Para concorrer às eleições o candidato deverá estar com a filiação partidária deferida pelo partido no mínimo um ano antes da data da eleição.
- (E) É vedado ao partido político estabelecer, em seu estatuto, prazos de filiação partidária superior ao prazo estabelecido pela Lei nº 9.096/95 (Lei dos Partidos Políticos), com vista à candidatura a cargos eletivos.

68. Assinale a alternativa correta.

- (A) O plebiscito constitui consulta popular prévia sobre matéria política ou institucional após sua formulação legislativa, configurando instrumento de exercício da soberania popular.
- (B) O referendo constitui consulta posterior à aprovação de projeto de lei ou de emenda constitucional, para ratificação ou rejeição, configurando instrumento de exercício da soberania.
- (C) A autorização de referendo, diversamente da convocação do plebiscito, é da competência exclusiva do Congresso Nacional.
- (D) Nas questões de relevância nacional, de competência do Poder Legislativo ou do Poder Executivo, o referendo é convocado por decreto legislativo da Câmara ou do Senado, com proposta que deve ser assinada por no mínimo dois terços dos deputados e senadores.
- (E) O plebiscito e o referendo devem ser aprovados na Câmara, por maioria simples e no Senado por maioria absoluta e o resultado é homologado pelo Tribunal Superior Eleitoral.

69. Sobre o crime de captação ilícita de sufrágio, tipificado no artigo 41-A da Lei nº 9.504/97 (Lei das Eleições), assinale a alternativa correta.

- (A) Pratica o candidato que doar, oferecer, prometer, ou entregar, ao eleitor, com o fim de obter-lhe o voto, somente bem ou vantagem pessoal relativa a emprego ou função pública.
- (B) O prazo para interposição de recurso contra decisões proferidas para o crime em questão será de 5 (cinco) dias, a contar da data da publicação do julgamento no Diário Oficial.
- (C) Pratica o candidato que doar, oferecer, prometer, ou entregar, ao eleitor, com o fim de obter-lhe o voto, bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive emprego ou função pública, antes mesmo do registro da candidatura até o dia da eleição.
- (D) Para a caracterização da conduta ilícita, é desnecessário o pedido explícito de votos, bastando a evidência do dolo, consistente no especial fim de agir.
- (E) As sanções de cassação do registro ou do diploma, além da multa, previstas para o crime em questão, não se aplicam contra quem praticar atos de violência ou grave ameaça a pessoa, com o fim de obter-lhe o voto.

**TUTELA DE INTERESSES DIFUSOS,  
COLETIVOS E INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS**

70. Considere que o Ministério Público do Estado de São Paulo ajuizou ação civil pública em face do Município de Registro, visando compelir o Município a disponibilizar transporte escolar gratuito aos estudantes das escolas municipais portadores de deficiência física com dificuldades na locomoção. A partir desses fatos, assinale a alternativa correta.

- (A) Se a ação for julgada improcedente com julgamento do mérito, os estudantes não poderão propor ação individual ainda que não tenham ingressado no processo como litisconsortes em razão da coisa julgada.
- (B) Se a ação for julgada improcedente com julgamento do mérito, tal fato não impede que associação dos estudantes portadores de deficiência física ingresse com ação veiculando idêntica pretensão.
- (C) Se a ação for julgada procedente, seus efeitos somente atingirão os estudantes que ingressaram no processo como litisconsortes.
- (D) Se a ação for julgada procedente, ela terá eficácia *ultra partes*, beneficiando todos os alunos de todas as escolas públicas e privadas situadas no Município que estiverem na situação descrita na ação civil pública, desde que ingressem no feito habilitando-se para a execução da sentença.
- (E) Se a ação for julgada procedente, com eficácia *ultra partes*, ela pode não beneficiar autores que propuseram ações individuais e não requereram a suspensão de suas ações individuais, mesmo tendo ciência da existência da ação civil pública.

71. De acordo com o Código Florestal, no que tange ao Regime de Proteção das Áreas de Preservação Permanente, assinale a alternativa correta.

- (A) A vegetação situada em Área de Preservação Permanente deve ser mantida pelo proprietário da área, possuidor ou ocupante a qualquer título, pessoa física ou jurídica, de direito privado, excluídas as de direito público.
- (B) Tendo ocorrido supressão de vegetação situada em Área de Preservação Permanente, o proprietário da área, possuidor ou ocupante a qualquer título é obrigado a promover a recomposição da vegetação, ainda que a supressão tenha sido autorizada pela autoridade competente.
- (C) A supressão de vegetação nativa protetora de nascentes, dunas e restingas somente poderá ser autorizada em caso de utilidade pública.
- (D) É indispensável a autorização do órgão ambiental competente para a execução, em caráter de urgência, de atividades de segurança nacional e obras de interesse da defesa civil destinadas à prevenção e mitigação de acidentes em áreas urbanas.
- (E) Não é permitido o acesso de pessoas e animais às Áreas de Preservação Permanente, ainda que para obtenção de água e para realização de atividades de baixo impacto ambiental.

72. Nos termos da Lei nº 6.938/1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, é correta a seguinte afirmação no que concerne à servidão ambiental.

- (A) O proprietário ou possuidor de imóvel, pessoa natural ou jurídica, pode instituir servidão ambiental, perante órgão integrante do Sisnama, limitando o uso de toda a propriedade ou de parte dela para preservar, conservar ou recuperar os recursos ambientais existentes.
- (B) A servidão ambiental também pode ser aplicada às Áreas de Preservação Permanente e à Reserva Legal mínima exigida.
- (C) A restrição ao uso ou à exploração da vegetação da área sob servidão ambiental deve ser, no máximo, a mesma estabelecida para a Reserva Legal.
- (D) É possível, durante o prazo de vigência da servidão ambiental, a alteração da destinação da área, nos casos de transmissão do imóvel, de desmembramento ou de retificação dos limites do imóvel.
- (E) O detentor da servidão ambiental não poderá aliená-la, cedê-la ou transferi-la, total ou parcialmente, em favor de outro proprietário ou de entidade pública ou privada, ainda que este tenha a conservação ambiental como fim social.

73. Quanto ao parcelamento do solo, assinale a alternativa correta.

- (A) Considera-se loteamento a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com aproveitamento do sistema viário existente, desde que não implique na abertura de novas vias e logradouros públicos.
- (B) Poderá ser permitido o parcelamento do solo em terrenos alagadiços e sujeitos a inundações, após tomadas as providências para assegurar o escoamento das águas.
- (C) Não será permitido o parcelamento do solo em áreas de preservação ecológica ou naquelas onde a poluição impeça condições sanitárias suportáveis, mesmo após a sua correção.
- (D) O Poder Público competente não poderá exigir, no loteamento, a reserva de faixa *non aedificandi* destinada a equipamentos urbanos.
- (E) Não é possível à Prefeitura e ao Estado oporem-se ao cancelamento do registro do loteamento.

74. No tocante à Política Nacional de Resíduos Sólidos, assinale a alternativa correta.

- (A) É permitido, nas áreas de disposição final de resíduos ou rejeitos, a criação de animais domésticos.
- (B) A lei que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos também se aplica aos rejeitos radioativos.
- (C) Entende-se por área órfã contaminada o local onde há contaminação causada pela disposição, regular ou irregular, de quaisquer substâncias ou resíduos.
- (D) Entende-se por controle social o conjunto de mecanismos e procedimentos que garantam à sociedade informações e participação nos processos de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas relacionadas aos resíduos sólidos.
- (E) Na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, deve ser observada a seguinte ordem de prioridade: reciclagem, tratamento de resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, reutilização, redução e não geração.

75. Nos termos da Lei nº 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, assinale a alternativa correta.

- (A) A educação é dever da família, do Estado e da Sociedade e tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.
- (B) O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de educação obrigatória e gratuita desde a pré-escola até o ensino superior.
- (C) É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na educação básica a partir dos 6 (seis) anos de idade.
- (D) A educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.
- (E) A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua prática obrigatória a todos os alunos.

#### LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

76. Nos termos da Lei Municipal nº 755/2007, é correto afirmar, no que se refere à jornada de trabalho dos servidores da Câmara Municipal, que

- (A) corresponde a 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, para todos os servidores públicos da Câmara Municipal de Registro, não havendo qualquer exceção.
- (B) o cargo de telefonista terá jornada de 30 (trinta) horas semanais.
- (C) somente o Prefeito poderá atribuir jornada de trabalho diferente aos servidores públicos da Câmara.
- (D) a jornada de trabalho poderá ser alterada conforme a conveniência e oportunidade de cada um dos vereadores.
- (E) corresponde a 34 (trinta e quatro) horas semanais de trabalho para os servidores públicos da Câmara Municipal de Registro, ressalvadas as exceções legais.

77. Nos termos da Lei Orgânica do Município de Registro, perderá o mandato o Vereador
- (A) investido na função de Secretário Municipal.
  - (B) licenciado pela Câmara Municipal por motivo de doença, ou licença-gestante.
  - (C) denunciado pelo Ministério Público pelo crime de corrupção passiva.
  - (D) investido na função de Diretor de Departamento Municipal.
  - (E) que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado, nos casos previstos em lei.
78. Nos termos da Lei Orgânica Municipal de Registro, compete, privativa e exclusivamente, à Câmara Municipal dispor sobre:
- (A) sistema tributário municipal, instituição de impostos, taxas, contribuições de melhoria, bem como autorização de isenções e anistias fiscais e remissão de dívidas.
  - (B) autorização para concessão de auxílios, subvenções, concessão de serviços públicos, concessão de direito real de uso de bens municipais, concessão administrativa de uso de bens municipais, alienação de bens imóveis e móveis, bem como autorização para aquisição de bens imóveis e móveis, salvo quando se tratar de doação sem encargo.
  - (C) a organização de sua Secretaria, funcionamento, política, criação, transformação ou extinção de cargos, funções, de seus serviços e fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, tendo como limite máximo os valores percebidos como remuneração, em espécie, a qualquer título, pelo Prefeito Municipal.
  - (D) autorização para concessão de serviços públicos, concessão de direito real de uso de bens municipais, concessão administrativa de uso de bens municipais, alienação de bens imóveis e móveis, bem como autorização para aquisição de bens imóveis e móveis, salvo quando se tratar de doação sem encargo.
  - (E) criação, alteração e extinção de cargos públicos e fixação dos respectivos vencimentos, inclusive os dos serviços da Câmara.
79. O vereador que praticar atos que infrinjam as regras de boa conduta nas dependências da Câmara Municipal de Registro, nos termos de seu Regimento Interno, poderá ser sancionado com a penalidade de
- (A) censura verbal, a ser aplicada em sessão, pelo presidente da Câmara ou Comissão.
  - (B) perda temporária do exercício do mandato, não excedente a 90 (noventa) dias.
  - (C) advertência, escrita ou verbal, a ser aplicada em sessão, pelo presidente da Câmara ou Comissão.
  - (D) censura, somente prevista na forma escrita e publicada no Diário Oficial.
  - (E) repreensão, aplicada apenas na forma escrita e publicada no Diário Oficial.
80. No que concerne ao Processo Legislativo previsto no Regimento Interno da Câmara Municipal de Registro, é correto afirmar que
- (A) quando qualquer proposição for atribuída a mais de uma Comissão, cada qual dará seu parecer separadamente, sendo a Comissão de Justiça e Redação ouvida sempre em último lugar.
  - (B) o vereador presente a sessão poderá escusar-se de votar, devendo, porém, abster-se quanto tiver interesse pessoal na deliberação, sob pena de nulidade da votação quando seu voto for decisivo.
  - (C) quando a matéria for submetida a dois turnos de votação e com discussão, será considerada aprovada se obtiver voto favorável em um das votações.
  - (D) o adiamento da votação de qualquer proposição só poderá ser solicitado antes de seu início, mediante Requerimento assinado por Líder, pelo autor ou relator da matéria.
  - (E) aprovado um projeto de lei, na forma regimental, e transformado em autógrafo, será ele, no prazo de 60 (sessenta) dias úteis, enviado ao Prefeito, para fins de sanção e promulgação.

